

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Financiamento de campanhas e voto secreto podem fazer parte do plebiscito

01/07/2013

O Congresso recebeu nesta terça-feira (2), a mensagem da presidenta Dilma Rousseff com o pedido de realização de plebiscito para discutir a reforma política. Financiamento de campanhas e voto secreto podem fazer parte da consulta. Grupo de parlamentares vai propor, em 90 dias, uma proposta paralela de reforma política.

A proposta do Executivo para o Congresso sobre o plebiscito da reforma política prevê a consulta pública sobre cinco temas: financiamento de campanhas, sistema eleitoral, suplência de senadores, coligações partidárias e voto secreto. O texto foi entregue nesta manhã pelo vice-presidente da República, Michel Temer, e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, aos presidentes da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e do Senado, Renan Calheiros.

As medidas sugeridas deverão agora ser debatidas pelos parlamentares, que vão elaborar um projeto de decreto legislativo. O texto será analisado pelos deputados e, em seguida, pelos senadores. O deputado federal Zeca Dirceu afirmou que vai participar ativamente dos debates e apresentar propostas junto à bancada do PT. "Espero que a realização do plebiscito ocorra ainda neste ano, e que as definições da Reforma Política possam valer para as eleições de 2014", disse.

Proposta do Executivo

O texto do Executivo sugere que os eleitores sejam consultados sobre o modelo de financiamento de campanhas. Entre as possibilidades citadas estão o uso exclusivo de recursos públicos nas campanhas, a utilização somente de verbas privadas e um modelo misto, com a combinação dessas duas fontes.

Outro tema é a forma de votação nos candidatos. No debate está o sistema proporcional, como acontece hoje, e o voto distrital puro ou misto. O voto distrital prevê um sistema de escolha majoritário para parlamentares. Os estados seriam divididos em pequenas regiões, que escolheriam seus representantes com base no número de votos de cada um. No sistema misto, uma parcela dos candidatos é eleita pelo sistema proporcional.

A proposta do Executivo também prevê o debate sobre o voto em lista fechada – em que os eleitores deixam de votar diretamente no candidato para votar em um partido político. Já o voto em lista flexível é uma combinação do voto em lista aberta e fechada. Outra proposta seria o voto em dois turnos.

Outro tema que pode fazer parte do plebiscito é a manutenção da suplência dos senadores. Hoje cada candidato é eleito com dois suplentes. As coligações partidárias, que são uma espécie de acordo entre partidos políticos diferentes para as eleições, também podem ser proibidas. O voto secreto dos parlamentares é outro tema em discussão. Hoje, o voto secreto é previsto nos casos de cassação de mandato parlamentar e deliberação sobre o veto presidencial, por exemplo.

Com informações da Agência Câmara

Foto: Internet